



### Questão 1:

A introdução da sociologia no currículo do ensino básico ocorreu no contexto histórico de modernização brasileira da década de 1930, quando a filosofia pedagógica escolanovista de Anísio de Teixeira influenciou e influenciou.

Porém, a presença da sociologia como disciplina na Educação Básica tem uma história fortemente marcada pela intermitência, havendo uma grande bibliografia que trata desse assunto.

A primeira ausência significativa foi realizada pela Reforma Lacombe em 1942, que retirou a sociologia do currículo regular, mantendo a disciplina somente nos cursos normalistas, de formação dos professores.

Em 1961, cria-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, e, mesmo se tratando de um governo democrático a sociologia ficou entre diversas disciplinas opcionais. ~~Essa época~~ O estudo dessa época indica que a não obrigatoriedade da disciplina não está relacionada necessariamente a períodos autoritários, mas também a uma redefinição do papel da disciplina.

Durante os anos da ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985, a educação foi marcada pela Reforma Faria Lima de 1971 que implementa uma pedagogia tecnicista de ensino, marcada pela profissionalização do 1º grau implementado, 2º grau. A intenção dessa linha pedagógica é a conformação do mão-de-obra por meio de uma didática do condicionamento. A sociologia continua de forma e não é considerada disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, disciplinas essas conhecidas pela difusão de uma moral nacionalista e de compatuação com a ditadura vigente.

A partir da década de 1980 e no contexto da reestruturação da educação a sociologia tem uma reintrodução lenta e gradual nos currículos estaduais, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco. Seu primeiro momento é marcado por uma luta pela inclusão



ção na Educação Básica com caráter mais sintical do que acadêmico.

Em 1996, a nova e atual LDB prevê que os estudantes egressos do Ensino Médio tenham conhecimentos sociológicos e filosóficos para a execução da cidadania. Assim, conteúdos dessas disciplinas deveriam ~~estar~~ constar no currículo de forma interdisciplinar.

Em 2001, o deputado federal Paulo Rogério criou um projeto de lei para a inserção da sociologia como disciplina obrigatória no currículo da Educação Básica, mas esse foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse veto teve forte valor simbólico, pois se tratava de um presidente da república, sociólogo, vetando o ensino de sociologia.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação dá um parecer favorável à inclusão da disciplina de sociologia e em 2008 promulga-se a lei que a torna obrigatória em todos os anos do Ensino Médio.

Essas conquistas em espaços abrem novas demandas para a comunidade acadêmica. Desde então, intensos esforços tem sido feitos ~~para~~ na formação de professores para atender todo o ensino básico nacional e também na construção de um pensamento acadêmico que dê conta das questões didáticas do ensino de sociologia e da elaboração de um currículo e materiais didáticos próprios da disciplina.

Nesse sentido, a última década é caracterizada por uma forte expansão do Ensino de Sociologia na Educação Básica que conta com grandes avanços. No âmbito nacional, temos a entrada de sociologia no Programa Nacional do Livro Didático em 2012 e, no âmbito estadual, uma recente conquista foi a determinação de dois tempos, ~~ao~~ ao invés de um, em todos os anos do Ensino Médio. Essa nova vitória é ~~parte~~ fruto da greve dos professores de 2015 em conjunto com o movimento das recepções estudantis, que tinham como uma das pautas "nenhuma disciplina com menos de dois tempos". Hoje a causa histórica de sociologia é a mesma de disciplinas mais está



consideradas historicamente como leis físicas, químicas e físicas.

Porém, há casos que a sociologia ainda enfrenta fortes impedimentos. Mesmo no CAP-UFRJ, a intermitência da sociologia no currículo teve consequências que ainda permanecem rígidas. Ao longo das mudanças ocorridas nos ~~anos~~ anos após a redenção da instituição, o currículo do colégio foi se conformando de forma que a sociologia não ocupou os três anos do Ensino Médio como prevê a Lei de 2008 e nem conta com ~~uma~~ uma coordenação da disciplina. Segundo que, como descreveu Ana Françoisa Nunes Rosa em sua dissertação de mestrado, ~~isso~~ se coloca desafiante, pois no jogo de forças que compõem o currículo, há disciplinas e quadros de professores ~~que~~ bem esta considerada.

O Brasil viveu uma séria interrupção na ordem democrática em 2016, levando ao governo setores da sociedade que trabalham pela desvalorização da educação pública de qualidade. Nesse contexto, a sociologia sofreu mais um ataque e por uma Portaria do Ensino Médio, feita por meio de decreto, retirou novamente a obrigatoriedade da disciplina.

Outras iniciativas ~~contra~~ contra, não diretamente a disciplina, mas ao seu conteúdo, foram feitas nos últimos anos. Não é caso o Projeto Escola sem Partido, que se caracteriza por uma perseguição ideológica dos setores conservadores da sociedade que habitam as instâncias de poder, e a retirada dos termos "Orientação Sexual" da Base Nacional Curricular Comum e "gênero" do Plano Nacional de Educação.

Esses não são os únicos ataques que a Educação Básica e em especial o Ensino de Sociologia vêm enfrentando nos últimos anos. Ainda em aberto os reais consequências desses ataques, faz-se necessário a união da comunidade acadêmica e escolar que foi possível vivas nos últimos dez anos. Sabendo-se da dificuldade de que os atores dessa comunidade enfrentam, pois ainda não houve



tampouco há lei para a estruturação de um habilitar da sociologia nas escolas de Educação Básica, é fundamental a organização de uma resistência ~~para~~ que leve pela educação pública de qualidade e pela manutenção da disciplina nos currículos escolares. Para que não se faça em avanços conquistados e para que se possa continuar a implementação da disciplina com qualidade do ensino.



## Questão 2:

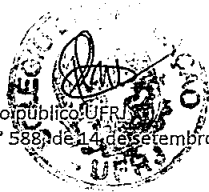
A entrada da Sociologia no Plano Nacional de ~~Ensino~~ Livro Didático representou um avanço positivo na estruturação da disciplina na Educação Básica.

O esforço para a confecção do livro didático representa um trabalho em múltiplas frentes. Em primeiro lugar, trata-se de uma discussão de quais conteúdos e como serão abordados no livro didático. Nesse trabalho de seleção e adequação, ~~se~~ produz-se conhecimentos explícitos e uma habilidade na transposição didática dos conteúdos. Pois na confecção de um material didático é necessária atenção para que haja modificações no conhecimento acadêmico ~~para~~ sem que ele se simplifique. É um dos principais desafios dos educadores e de todos aqueles que trabalham nessa transposição ou mediação didática como chamam alguns autores.

Nesse sentido, o livro didático se torna um material de apoio para os estudantes e que ensina no livro uma autoridade de conhecimento, para além de um artefato de leitura e estudo. É ~~esse~~ nesse sentido também como guia e referência para os professores prepararem a aula, ~~como~~ ~~auxílio~~ ~~na~~ ~~aborda~~ ~~sem~~ ~~de~~ ~~assunto~~, se por tema, conceito ou teoria ou na proposição de atividades para as aulas.

~~Além~~ O desenvolvimento do livro didático também trabalha para a conformação de uma comunidade acadêmica de ensino de sociologia, de um habitus da disciplina, para promover um trabalho em grupo, uma negociação com editoras que agora sazem e produzem livros didáticos de sociologia, além de reunir a comunidade escolar em torno da escolha do livro.

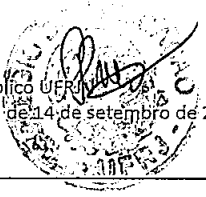
Pensar um livro didático é também pensar o currículo de sociologia, pois é necessário uma conexão entre o que deve ser ensinado e o que consta no livro didático. Nesse sentido, a falta de um currículo nacional, apresenta livros didáticos muito diver-



sificadores, nem todos apresentam um conteúdo mínimo. Apesar disso, percebe-se temas recorrentes como as questões da seleção individual e sociedade e o problema racial no Brasil. Estudos sobre as várias formas de temas nos livros didáticos podem ajudar, por exemplo, na conformação de um currículo nacional.

Italo Lembrar que a utilização de nenhum material didático, nem mesmo livros, resolve o problema didático em sala de aula. O professor ainda se configura como ator ~~fo~~ importante no processo de ensino-aprendizagem. Não como o dono do saber, como previa a pedagogia tradicional, mas como mediador entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento escolar. Não suas ações e experiências que, ao determinar o uso ou não de algum recurso didático, que determina uma aula satisfatória.

Mas, o livro didático se configura como um instrumento importante ~~na~~ na luta pela institucionalização real da disciplina e o PNLD representa essa luta no âmbito nacional.



Questão 3:

A disciplina sociologia não conta com um currículo nacional. Nesse âmbito, os documentos que norteiam o trabalho docente são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Orientações Curriculares Nacionais (Ocn).

Os dois documentos têm caráter distintos. Os PCN são de 1999 e foram elaborados por especialistas da sociologia e apresentam um discurso mais genérico. Fundamentado na pedagogia da competência, descreve que os conhecimentos sociológicos devem buscar no educando uma "postura crítica e reflexiva".

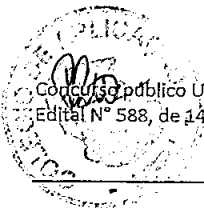
Já as Ocn foram criadas por professores engajados na luta pela educação de qualidade e pública e especialistas nas áreas das Ciências Sociais. Portanto, evitam uma parte mais do clichê "useiolo para educar para a cidadania" e estabelece os princípios orientadores da disciplina de contrabramento e desnaturalização.

O que existe depois são os currículos das secretarias de educação estaduais, que muitas vezes aparecem como uma reprodução do currículo universitário.

A produção de um currículo pensado especificamente para a Educação Básica possui um esforço de pesquisa com os professores de sociologia da Educação Básica. A comunidade universitária do Rio de Janeiro conta com experiências importantes na formação continuada de professores de sociologia como o CESPEB da Faculdade de Educação da UFRJ e o PRD (Programa de Residência Docente) do Colégio Pedro II.

Ambas são instituições de excelência que inserem na produção científica que valoriza a experiência do docente do ensino público, abrindo e fortalecendo o diálogo entre universidade - escola - universidade.

Essas experiências funcionam não só no sentido de repensar-se a si mesmas, mas também de atuar na realidade escolar auxiliando na diminuição da distância entre as propostas curri-



culturais e o que estabeleça as PCN e as OCN e as próximas docentes em sala de aula; pois, em última instância, é nome buscar que todas as tentativas presentes nas diretrizes políticas públicas educacionais se realizem.

O currículo do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, ainda se coloca nos modelos de currículo estáticos, dividido em conteúdos que se buscam o que talvez num modelo mais dinâmico, numa proposta por projetos, as educandas poderiam ter uma maior compreensão da complexidade da realidade social.

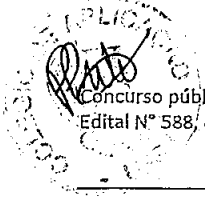
A última Reforma do Ensino Médio, realizada num contexto político permissivo e antidemocrático, aparece como um grande obstáculo para todo o debate feito até então sobre o Ensino de Sociologia e sobre uma possível criação de um currículo nacional.

Essa última representação uma possibilidade de unificação dos docentes e também no sentido de que ainda se faz necessária constante justificativa pedagógica da disciplina no Ensino Médio. A construção de um consenso sobre os conhecimentos a serem ensinados, poderia fortalecer a disciplina e a identidade do professor de sociologia nas escolas; além de garantir conteúdos que vêm sendo atacados nos últimos anos, principalmente as questões de gênero e sexualidade, tratadas no senso comum como ideologias de gênero, o também as questões de classe, que projetos como o "Buda sem Partido" descrevem lentamente como a imposição de um ideário político partidário aos estudantes.

O cenário atual das políticas públicas educacionais é retrocesso no que diz respeito ao combate das desigualdades sociais e promoção positiva da diversidade. É um panorama em aberto visto que há uma possibilidade de reconstituição da ordem democrática concretizada as eleições desse ano.

O período é de luta e conscientização do ideal de uma educação pública e de qualidade e que respeite os direitos humanos





um determinado de avanço concentrada que se deveria não só no Brasil mas no mundo. A luta é por um discurso que desmistifique conceitos como "ideologia de gênero" ou "direitos humanos defendendo o machismo" e a escola e o ensino de sociologia são fundamentais para tal propósito. Para promover um ideal de justiça social, superação de preconceitos e promoção da empatia. Ideais que apontam para um mundo mais tolerante e que a convivência pacífica entre os diferentes seja possível e viável de uma forma positiva.